AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 211/2025
(Processo Administrativo n.º 26.541/2025)

Objeto: **AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA PLOTTER, QUE SERÁ UTILIZADA PELA SECRETARIA DEHABITAÇÃO, POR MEIO DO DEPARTAMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. O EQUIPAMENTO DESTINASE À IMPRESSÃO DE PLANTAS, MAPAS E DEMAIS MATERIAIS TÉCNICOS NECESSÁRIOS ÀS ATIVIDADES DOPROGRAMA, CONTRIBUINDO PARA A AGILIDADE, QUALIDADE E PRECISÃO DOS TRABALHOS, BEM COMO PARA A MELHORIA DA COMUNICAÇÃO VISUAL E DA ORGANIZAÇÃO DOS PROJETOS VINCULADOS À SECRETARIA.**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **GLOBAL**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

Torna-se público que o Município de Pindamonhangaba, por meio da Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Licitações e Contratos - realizará Dispensa de Licitação Eletrônica, com critério de julgamento ***menor preço por item***, com base no art. 75, ***inciso II***, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal Nº 6.545 de 28 de dezembro de 2023 e pela Lei Complementar Nº 123/2006 atualizada pela Lei Nº 147/2014.

A Dispensa de Licitação Eletrônica (recebimento das propostas, abertura e disputa de preços) será realizada em sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema Eletrônico disponível em **www.licitardigital.com.br**, conforme datas e horários definidos abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **de 14/11/2025 às 00h00min até 24/11/2025 às 08h00**

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: **dia 24/11/2025 - das 08h01 até às 14h00.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA PLOTTER, QUE SERÁ UTILIZADA PELA SECRETARIA DEHABITAÇÃO, POR MEIO DO DEPARTAMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. O EQUIPAMENTO DESTINASE À IMPRESSÃO DE PLANTAS, MAPAS E DEMAIS MATERIAIS TÉCNICOS NECESSÁRIOS ÀS ATIVIDADES DOPROGRAMA, CONTRIBUINDO PARA A AGILIDADE, QUALIDADE E PRECISÃO DOS TRABALHOS, BEM COMO PARA A MELHORIA DA COMUNICAÇÃO VISUAL E DA ORGANIZAÇÃO DOS PROJETOS VINCULADOS À SECRETARIA.**

por dispensa de licitação eletrônica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1. *A contratação ocorrerá em itens/lotes, conforme solicitação de compras em anexo.*

1.1.1. Havendo mais de um item ou lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõe.

1.2. O critério de julgamento adotado será o ***MENOR PREÇO GLOBAL,*** observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. **Dotação Orçamentária: 01.12.10.04.122.0004.2007.4.4.90.52.35.95- Pré-empenho: 7016/2025**

1.4. O **Aviso de Contratação Direta e seus Anexos** poderão ser obtidos no *site* oficial da Prefeitura - **http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br**, link licitações, bem como no endereço eletrônico: **www.licitardigital.com.br**, para ciência de todos os interessados.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA:

2.1. Poderão participar desta dispensa eletrônica qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2.1.1 Considerando o inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, esta dispensa é destinada exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte.

2.2. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada Licitar Digital, disponivel no endereço eletrônico **www.licitardigital.com.br.**

2.2.1 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos necessários junto à Plataforma Licitar Digital, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.3. Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º, §1º e §2º da Lei Federal Nº 14.133/21, não será permitido, conforme previsto no artigo 14 da mesma Lei, a participação de fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e *sociedades cooperativas.*

§1º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "a" e "b" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§3º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

§4º Será realizada pesquisa junto ao CEIS (http://www.portaldatransparencia.gov.br/), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (http://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relação-apenados) para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa de licitação eletrônica se dará com o cadastramento da proposta inicial, na forma deste item.

3.2. **O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca e modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.2.1. Poderá ser solicitado aos licitantes, prospecto, catálogo, ficha técnica ou outros documentos com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto a ser cotado.

3.2.2. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o ***Termo de Referência***, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, se for o caso;

a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) Que sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;

e) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da licitação e demais exigências contidas na Lei 14.133/2021;

f) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

g) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;

h) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Agente de Contratação ou sua Equipe de Apoio, no prazo que estipular;

i) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

j) Que a proposta foi elaborada de forma independente e que compreende todas e quaisquer despesas operacionais, tais como frete, encargos sociais e previdenciários, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado e outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto licitado, como a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data da entrega desta proposta;

k) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

l) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

m) Que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Aviso de Contratação Direta.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário do item**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 0,10 (dez centavos).

4.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação então havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.1.1 Com objetivo de assegurar o atendimento aos princípios da economicidade e transparência, o valor estimado a ser utilizado na dispensa eletrônica será o menor valor apresentado para cada item ou lote, conforme as propostas obtidas pelas Secretarias durante a pesquisa de preços.

5.2. O agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

5.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.2.2. O prazo para resposta ao pedido de negociação será de 5 (cinco) minutos contados a partir da convocação realizada no sistema.

5.2.3. O fornecedor que não responder ao pedido de negociação dentro do prazo estimado no subitem 5.2.2 perderá a oportunidade de negociação.

5.2.4. As propostas recebidas após a data limite previstas no Aviso de Contratação Direta serão desconsideradas.

5.3. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado no processo administrativo do procedimento da dispensa.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
5.5.1. contiver vícios insanáveis;
5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos de habilitação e documentos complementares, quando necessários.

5.13. O agente de contratação convocará, via sistema eletrônico, a(s) empresa(s) classificada(s) para que, no prazo de 01 (uma) hora, faça o envio da proposta, documentos de habilitação e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

5.13.1. Caso haja a desclassificação de alguma proposta, o agente de contratação convocará as licitantes remanescentes na ordem de classificação e, estando a subsequente acima do valor estimado, seguirá o constante nos itens 5.3, 5.3.1 e 5.3.2 deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.13.2. Caso a licitante não envie a documentação constante no item 5.13 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial.

6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte e às microempresas de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

6.2.1. Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.2.2. O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

6.2.3. Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

6.2.4. Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.2.5. Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, o agente de contratação convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma estabelecida neste edital.

6.2.6. Caso ocorra a situação de empate descrita no item 6.2.4, o agente de contratação convocará o representante da empresa de pequeno porte ou da microempresa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de cinco minutos.

6.2.7. Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 6.2.4 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

6.2.8. O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

6.2.9. Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, seja desclassificada pelo agente de contratação, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

6.2.10. Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, observado o previsto no item 6.2.5.

6.2.11. No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte, o agente de contratação o fará através do "chat de mensagens".

6.2.12. A partir da convocação de que trata o item 6.2.11, a microempresa, empresa de pequeno porte, terá **5 (cinco) minutos** para oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do "chat de mensagens", sob pena de preclusão de seu direito.

6.2.13. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no "chat de mensagens", conforme estabelece este edital para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços.

6.2.14. O julgamento da habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

6.2.15. Em caso de empate, será considerado o constante na Lei 123/2006 e artigo 60 da Lei 14.133/2021, e persistindo o mesmo, será realizado sorteio entre as empresas que ofereceram mesmo valor.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords;
d) Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do link: https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do agente de contratação solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

7.5. O Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar dos fornecedores, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

7.6. A licitante deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato.

7.7. É vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz e, válidos para todas as suas filiais.

7.8. Poderão ser apresentadas Certidões Positivas com efeitos de negativa, conforme Artigo 206 do Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1.966).

7.9. Todas as certidões e documentos deverão ser apresentadas na forma da Lei dentro do prazo de validade fixado nos documentos oficiais apresentados, ou de 90 (noventa) dias a contar da expedição dos mesmos, caso não estipulem qualquer prazo de validade.

7.10. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar Nº 123 de 14/12/06 e alterações na Lei Nº 147 de 07/08/14, serão observados os seguintes procedimentos:

a) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempresário Individual (MEI), por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

b) Havendo alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for homologado o certame, para regularização da documentação;
c) A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 90 da Lei Nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.11. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.13. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. DOS RECURSOS

8.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o agente de contratação informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor manifestação de intenção de recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema **www.licitardigital.com.br** no prazo de 10 (dez) minutos, **sob pena de preclusão**.

8.2. O recorrente terá, após manifestada sua intenção, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, que será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.3. A falta de manifestação de intenção de recurso importará a decadência do direito de recurso e o agente de contratação adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

8.4. Na hipótese de interposição de recurso, o agente de contratação encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

8.5. O recurso contra decisão do agente de contratação terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

8.7. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade, a habilitação do licitante vencedor e exauridos os recursos administrativos, o procedimento licitatório, será encaminhado pelo Agente de Contratação à AUTORIDADE SUPERIOR para adjudicação e homologação do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/2021**.**

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Autorização de Fornecimento ou Serviços), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.3. A empresa deverá assinar o Termo de Contrato, quando for o caso, por via digital, na plataforma de protocolos e documentos deste Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, que será efetivada via e-mail, informado pela participante.

10.4. O aceite do instrumento equivalente (autorização de fornecimento ou serviços) poderá se dar de forma eletrônica (via Sistema de Protocolo do Município, mediante notificação encaminhada por e-mail).

10.5. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação do instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O Aceite do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
a) O referido documento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

c) A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.7. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias**, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

10.8. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor responsável pelo recebimento do(a) Sigla do Órgão. A contratante somente pagará a contratada pelos produtos que realmente forem pedidos e entregues.

11.2. O recebimento Definitivo será em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento pelo Serviço de Materiais – Almoxarifado Central, para comprovação do atendimento das especificações mínimas exigidas. O ATESTE da Nota Fiscal/Fatura pelo Responsável será realizado após o Recebimento Definitivo, desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

11.3. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perante o FGTS – CRF e Certidão negativa de débitos trabalhistas. Para as empresas com sede no Município de

Pindamonhangaba, também será exigida a certidão negativa de débitos municipais (débitos mobiliários).

11.4. O pagamento será efetuado através de Pagamento Instantâneo - PIX, no formato CNPJ, para a Pessoa Jurídica, cujos dados deverão ser informados na Proposta Comercial.

11.5. O Pagamento Instantâneo - PIX consistirá em comprovante de quitação pela PREFEITURA, de sua obrigação assumida com a empresa vencedora da licitação.

11.6. A Administração Municipal poderá proceder à retenção de impostos federais e municipais conforme legislação vigente.

12. SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;
12.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento do certame
12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência no caso do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações do subitem 12.1;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Penalização.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento de penalização, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos, para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O procedimento será divulgado no Portal de Transparência do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

13.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado) ou a dispensa eletrônica ser declarada deserta, a Administração poderá:

13.2.1. Valer-se, para a contratação, das propostas iniciais encaminhadas pelas unidades solicitantes ou das propostas solicitadas pelo Departamento de Licitações e Contratos por e-mail e recebidas até a data limite previsto no Aviso de Contratação Direta, privilegiando-se, nos dois casos, os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas ou republicar o presente aviso com uma nova data.

13.2.2. No caso do subitem 13.2.1 a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

13.2.3. O agente de contratação poderá fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

13.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.

13.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

13.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

13.11. As comunicações referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação nos meios oficiais de publicações do Município de Pindamonhangaba.

13.12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo agente de contratação.

13.13. Fica reservado ao MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA, responsável pela contratação, o direito de:

a) Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, ou anular o procedimento quando constatada ilegalidade no seu processamento;

b) Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de proposta, na forma da legislação vigente. Não haverá obrigatoriedade de reabertura dos prazos quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;

c) Adiar o recebimento das propostas, divulgando mediante aviso público, a nova data.

13.14. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

13.15. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.15.1. **ANEXO I – Documentos Necessários Para Habilitação;**
13.15.2. **ANEXO II - Termo de Referência;**
13.15.3. **ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar;**
13.15.4. **ANEXO IV – Solicitação de Compras;**
13.15.5. **ANEXO V – Proposta Comercial.**

Pindamonhangaba, 12 de novembro de 2025.

ALCINEU MONT SERRATO FR SOUZA JUNIOR
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos.

ANEXO I – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Ficha Cadastral emitida pela Junta Comercial;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
b) Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública Federal – CND (Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Divida Ativa da União;
c) Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
d) Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
e) Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal – CND (Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a débitos mobiliários no município sede da empresa.

DOCUMENTOS REFERENTE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OU COMPLEMENTARES

PROPOSTA COMERCIAL REALINHADA

a) Proposta Comercial (Modelo sugestivo: Anexo V);

ANEXO V – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº _____

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP:	**E-MAIL:**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA:	

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
01.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA DECLARA QUE:

1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (Anexo II) deste aviso.

4 Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.

5 Que o prazo de início da entrega/serviços será de acordo com os termos estabelecidos no anexo I, deste Aviso de Contratação Direta a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar. Todos os bens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a descrição do termo de referência do referido Aviso de Contratação Direta ou de má qualidade.

LOCAL E DATA

_____

EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

1Doc

Proc. Administrativo 3- 26.541/2025

De: Denise M. - SEH

Para: DLC - TRIAGEM - Definição de Modalidade

Data: 05/11/2025 às 16:49:20

Setores envolvidos:

SEH, DLC - TRIAGEM, SEH - DRF, DLC - DL

SC 2840/2025 - Aquisição de 01 Iimpressora Plotter 36” para impressão de plantas até A0

Prezada ALCINEU MONT SERRATO DE SOUZA JUNIOR - DLC - TRIAGEM

Sguem Termo de Referência solicitado conforme Despacho nº 1-26.541/2025, para as devidas providências.

Atenciosamente,

_

Denise Carvalho de Mello

Anexos:
TERMO_DE_REFERENCIA_05_11_2025.pdf

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO GONCALVES CESAR COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/076B-8F99-30F1-1CA8 e informe o código 076B-8F99-30F1-1CA8

Termo de Referência

Referência: Solicitação de Compras nº 2840/2025

a) Definição do Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de 01 (uma) Impressora Plotter 36"** para impressão de plantas em formato até **A0**, conforme as especificações técnicas descritas neste documento, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Habitação – Departamento de Regularização Fundiária.

Prazo do contrato: até a entrega definitiva do equipamento e conclusão das obrigações contratuais.

Possibilidade de prorrogação: não se aplica, por tratar-se de fornecimento único e imediato.

Especificações Técnicas

Descrição	Quantidade
Especificações: • **Impressão** Tecnologia de Impressão PrecisionCore MicroTFP de quatro canais, cabeçote de impressão com liberação de tinta sob demanda Tipo de tinta Tinta pigmentada UltraChrome XD2; 4 cores (C, M, Y, K) Cor para Configuração de Bico e cabeçotes monocromáticos; 800 bicos x 4 canais Tecnologia Droplet com o menor tamanho de gotículas: 4 picolitros; Tecnologia de Gotículas Variáveis capaz de produzir até três tamanhos diferentes por linha Máxima Resolução 2400 x 1200 dpi Velocidade de Impressão1 impressão de tamanho A1/D: 22 segundos • **Cartuchos de Tinta**	01

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO GONCALVES CESAR COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/076B-8F99-30F1-1CA8 e informe o código 076B-8F99-30F1-1CA8

Volume de Enchimento do Cartucho na Caixa C, M, Y, K: 110 mL Volume Comercial de Enchimento de Cartucho C, M, Y, K: 110, 350, ou 700 ml Vida Útil do Frasco de Tinta 2 anos a partir da data de produção para impressão ou 6 meses depois de aberto. • **Manejo de Mídia de Rolo** Rolo Único com Carregamento de Topo com 36” de largura Adaptadores de Mídia de Rolo ajustáveis pelo Usuário com Diâmetro de Núcleo de 2” ou 3” Corte por Rolo 5 Cortador rotativo interno de alta velocidade; automático ou manual Diâmetro Máximo de Rolo de até 6,6” Espessura de Mídia de até 11,8 mil Papel Restante em Rolo A quantidade de papel restante pode ser controlada no painel de controle • **Manejo de Mídia de Folhas** Folha Única, Carregamento de Topo de até 36” de largura Tamanho Mínimo de Corte de Folhas 8,27” x 11” • **Área de Impressão e Precisão** Máx. Largura de papel 36” Margens Direita e Esquerda 0 a 3 mm cada (0,36” no total) Comprimento Máximo de Impressão6 Limitado por aplicação, OS e driver / RIP utilizado Rolo com Largura Mínima de Papel: 10”/Folha: 8,27” Impressão BorderFree 10,0”, 11,8”, 13,0”, 16,0”, 17,0”, 19,7”, 20,3”, 23,0”, 24,0”, 36,0” • **Interfaces** Interface do usuáriotela de 4.3” touchscreen Interfaces de Impressora SuperSpeed USB (compatível com especificação de USB 3.0), USB direto, LAN sem fio IEEE (802.11 b / g / n))3 , Ethernet com fio (1000 Base-T / 100 Base-TX / 10 Base-T), Wi-Fi Direct3 • **Sistemas Operacionais Suportados** macOS 10.13.x, Mac OS X 10.12.x, 10.11.x, 10.10.x, 10.9.x, 10.8.x e 10.7.x Windows 10, 8.1, 7 (32-bit, 64-bit), Windows Vista e Windows XP • **Geral** Peso e Dimensões (L x P x A) com suporte 55” x 28” x 42” (1385 x 696 x 1060 mm) 168 lb (76 kg) Nível de Ruído Acústico Operação: Aproximadamente 50 dB(A)	

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO GONCALVES CESAR COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/076B-8F99-30F1-1CA8 e informe o código 076B-8F99-30F1-1CA8

Em Repouso: Aproximadamente 32 dB(A) Temperatura: Operação: 50 ˚ to 95 ˚F (10 ˚ to 35 ˚C) Operação (Recomendado): 65 ˚ to 75 ˚F (18 ˚ to 24 ˚C) Armazenagem: -4 ˚ to 104 ˚F (-20 ˚ to 40 ˚C) Umidade Relativa: Operação: 20–80% (sem condensação) Operação (Recomendado): 45-60% (sem condensação) Armazenagem: 5-85% (sem condensação) Normas de Segurança UL (MET), FCC (Classe A), CSA, CE, EMC Requisitos de Eletricidade: Tensão: 110–240 V CA Frequência: 50-60 Hz Corrente: 2.8 A Consumo de Energia Impressão: Aproximadamente 34 W Pronto: Aproximadamente 13 W Em Repouso: Aproximadamente 1,3 W Desligar (em espera): 0.25 W Garantia e Serviço Limitados: Reparo padrão no local no dia útil seguinte por um ano e geralmente no dia útil seguinte, com suporte telefônico gratuito de Segunda a Sexta-Feira • **Recursos Ecológicos** ENERGY STAR qualificado Compatibilidade RoHS Produto Reciclável8 • **Deve Conter na Caixa** Impressora SureColor T5475 Conjunto completo Inicial de cartuchos de tinta (CMYK - 110 mL) Poster Inicie Aqui Guia do Usuário Cabo de Força para Corrente Alternada • **Informações Adicionais** SureColor T5475 SCT5475SR Tanque de Manutenção T699700 Lâmina Cortadora de Impressora para Substituição S902007 Fuso Adicional para Alimentação de Rolo C12C933301 Kit de Almofada de Substituição sem Borda C13S40064 • **Frascos de Tinta (350 mL)** Cartucho de Tinta Ciano T41P220	

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO GONCALVES CESAR COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/076B-8F99-30F1-1CA8 e informe o código 076B-8F99-30F1-1CA8

Cartucho de Tinta Magenta T41P320 Cartucho de Tinta Amarelo T41P420 Cartucho de Tinta Preto T41P520 • **Frascos de Tinta (700 mL)** Cartucho de Tinta Ciano T41N220 Cartucho de Tinta Magenta T41N320 Cartucho de Tinta Amarelo T41N420 Cartucho de Tinta Preto T41N520	

b) Fundamentação da Contratação

A contratação tem fundamento na **necessidade de garantir maior eficiência, qualidade e agilidade na produção de materiais técnicos e gráficos**, indispensáveis às atividades de regularização fundiária e elaboração de projetos urbanísticos.

O equipamento permitirá a impressão de **plantas, mapas e projetos em grandes formatos**, assegurando a precisão e integridade das informações.

A escolha da **aquisição direta** justifica-se nos termos do **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de compra de valor inferior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com especificidade técnica do objeto e vantajosidade para a Administração.

c) Descrição da Solução

A solução contempla a **aquisição, entrega, instalação e treinamento operacional** da impressora plotter 36”, abrangendo todo o ciclo de vida inicial do equipamento:

- aquisição e fornecimento do bem;
- instalação e configuração técnica;
- capacitação dos servidores;

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO GONCALVES CESAR COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/076B-8F99-30F1-1CA8 e informe o código 076B-8F99-30F1-1CA8

- suporte técnico e garantia de funcionamento pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

d) Requisitos da Contratação

O equipamento deverá ser **novo, de primeiro uso** e conter **garantia mínima de 12 meses**;

Deverá possuir tecnologia de impressão **PrecisionCore MicroTFP** ou equivalente, com resolução mínima de **2400 x 1200 dpi**;

Compatibilidade com sistemas operacionais Windows e macOS;

Conter recursos de conectividade via **USB 3.0, Ethernet e Wi-Fi**;

Entrega de todos os **acessórios, cartuchos de tinta e cabos** necessários para o funcionamento;

Inclusão de **treinamento operacional** aos servidores responsáveis pelo uso do equipamento;

O fornecedor deverá assegurar **suporte técnico durante o período de garantia**.

e) Modelo de Execução do Objeto

A execução ocorrerá mediante:

- Entrega do equipamento no endereço indicado pela Secretaria de Habitação;
- Instalação, configuração e testes de funcionamento;
- Realização do treinamento operacional;
- Entrega do termo de garantia e manuais técnicos;
- Emissão da nota fiscal e posterior pagamento, conforme critérios definidos neste termo.

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO GONCALVES CESAR COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/076B-8F99-30F1-1CA8 e informe o código 076B-8F99-30F1-1CA8

f) Modelo de Gestão do Contrato

A gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo do **Departamento de Regularização Fundiária**, responsável por:

- acompanhar o recebimento e a instalação do equipamento;
- verificar o cumprimento das especificações técnicas;
- registrar eventuais ocorrências e comunicar à área responsável;
- atestar a conformidade para fins de pagamento.

g) Critérios de Medição e de Pagamento

O pagamento será efetuado **em parcela única**, após a entrega e instalação do equipamento, mediante apresentação de nota fiscal e atesto do setor responsável;

O prazo para pagamento será de **até 30 (trinta) dias** após a entrega e conferência do bem;

A nota fiscal deverá ser acompanhada das seguintes certidões atualizadas:

- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais (para empresas de Pindamonhangaba);
- Certidão Negativa de Débitos Previdenciários;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

h) Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

A seleção se dará com base na **dispensa de licitação (art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021)**, considerando o **menor preço global** entre os orçamentos coletados, desde que atendidas as condições e especificações técnicas deste termo.

A proposta deverá incluir **todos os custos e encargos incidentes** sobre o fornecimento, incluindo impostos, transporte e instalação.

i) Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor foi obtida por meio de **pesquisa de preços junto a fornecedores do mercado especializado**, cujos valores médios apresentados

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO GONCALVES CESAR COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/076B-8F99-30F1-1CA8 e informe o código 076B-8F99-30F1-1CA8

compõem a base de referência para a contratação.

Os documentos que subsidiam o cálculo dos preços, as memórias de cálculo e os parâmetros utilizados constam em **documento apartado e classificado**, conforme determina a legislação vigente.

j) Adequação Orçamentária

A despesa decorrente da contratação recairá sobre a seguinte dotação orçamentária:

Ficha nº 1217 – 01.12.10 | 04.122.0004.2007 | 95 | 882.0003 | 4.4.90.52.35

Local e Prazo de Entrega

Local: Secretaria Municipal de Habitação – Rua Dr. Monteiro de Godoy, nº 445, Bosque, Pindamonhangaba/SP.

Prazo: até **20 (vinte) dias** após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

Horário de recebimento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30.

Pindamonhangaba, 04 de novembro de 2025

Germano Miguel de Assis
Diretor de Regularização Fundiária

Francisco Gonçalves César Costa
Secretário de Habitação

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO GONCALVES CESAR COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/076B-8F99-30F1-1CA8 e informe o código 076B-8F99-30F1-1CA8

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 076B-8F99-30F1-1CA8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

FRANCISCO GONCALVES CESAR COSTA (CPF 335.XXX.XXX-36) em 06/11/2025 09:39:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/076B-8F99-30F1-1CA8

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Trata-se de estudo preliminar para definir sobre a viabilidade da aquisição de uma impressora plotter.

1. INFORMAÇÕES BÁSICA

1.1 . Solicitação de Compras nº 2840/2025

2. ÁREA REQUISITANTE

REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Habitação	Francisco Gonçalves César Costa Secretário Municipal de Habitação
Departamento de Regularização Fundiária	Germano Miguel de Assis Diretor do Departamento de Regularização Fundiária

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A justificativa está fundamentada na e necessidade específica da Secretaria de Habitação. A aquisição da impressora plotter se justifica pela ausência de competição no mercado para o equipamento com as características técnicas exigidas, tornando a concorrência inviável. Dessa forma, fica justificada a dispensa de licitação conforme o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/21.

A impressora plotter será utilizada para a produção de plantas, mapas, projetos e outros documentos técnicos de grande formato, garantindo maior precisão, qualidade e eficiência na execução das atividades da Secretaria. A aquisição atende à necessidade de aprimorar a organização dos trabalhos internos e a comunicação técnica da Secretaria, proporcionando mais agilidade e qualidade na produção dos documentos oficiais.

4. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A aquisição da impressora plotter não foi incluída no Documento de Formalização de Despesa, pois a necessidade do equipamento não havia sido identificada durante sua elaboração. Trata-se, contudo, de um item essencial para atender a demandas específicas da Secretaria, justificando a adoção de procedimento próprio para sua aquisição.

5. DOS REQUISITO DA AQUISIÇÃO

A aquisição de uma impressora plotter para a Secretaria de Habitação traz diversas vantagens. A compra direta permite agilizar o processo, sem a necessidade de licitação, garantindo maior rapidez na obtenção do equipamento, especialmente em situações de urgência. Além disso, possibilita uma negociação direta com o fornecedor, o que pode resultar em menor custo e menos burocracia. A escolha direta também facilita a aquisição de um equipamento que atenda exatamente às necessidades da Secretaria, assegurando melhor desempenho e eficiência nas atividades.

5.1 QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Impressão Tecnologia de Impressão PrecisionCore MicroTFP de quatro canais, cabeçote de impressão com liberação de tinta sob Demanda Tipo de tinta Tinta pigmentada UltraChrome XD2; 4 cores (C, M, Y, K) Cor para Configuração de Bico e cabeçotes monocromáticos; 800 bicos x 4 canais Tecnologia Droplet com o menor tamanho de gotículas: 4 picolitros; Tecnologia de Gotículas Variáveis capaz de produzir até três tamanhos diferentes por linha Máxima Resolução 2400 x 1200 dpi Velocidade de Impressão1 impressão de tamanho A1/D: 22 Segundos. • Cartuchos de Tinta Volume de Enchimento do Cartucho na Caixa C, M, Y, K: 110 mL Volume Comercial de Enchimento de Cartucho C, M, Y, K: 110, 350, ou 700 ml Vida Útil do Frasco de Tinta 2 anos a partir da data de produção para impressão ou 6 meses depois de aberto. Manejo de Mídia de Rolo Rolo Único com Carregamento de Topo com 36” de largura Adaptadores de Mídia de Rolo ajustáveis pelo Usuário com Diâmetro de Núcleo de 2” ou 3” Corte por Rolo 5 Cortador rotativo interno de alta velocidade; automático ou manual Diâmetro Máximo de Rolo de até 6,6” Espessura de Mídia de até 11,8 mil Papel Restante em Rolo A quantidade de papel restante pode ser controlada no painel de controle Manejo de Mídia de Folhas Folha Única, Carregamento de Topo de até 36” de largura	**01**

Tamanho Mínimo de Corte de Folhas 8,27” x 11” Área de Impressão e Precisão Máx. Largura de papel 36” Margens Direita e Esquerda 0 a 3 mm cada (0,36” no total) Comprimento Máximo de Impressão6 Limitado por aplicação, OS e driver / RIP utilizado Rolo com Largura Mínima de Papel: 10”/Folha: 8,27” Impressão BorderFree 10,0”, 11,8”, 13,0”, 16,0”, 17,0”, 19,7”, 20,3”, 23,0”, 24,0”, 36,0” • Interfaces Interface do usuáriotela de 4.3” touchscreen Interfaces de Impressora SuperSpeed USB (compatível com especificação de USB 3.0), USB direto, LAN sem fio IEEE (802.11 b / g / n))3 , Ethernet com fio (1000 Base-T / 100 Base-TX / 10 Base-T), Wi-Fi Direct3 Sistemas Operacionais Suportados macOS 10.13.x, Mac OS X 10.12.x, 10.11.x, 10.10.x, 10.9.x, 10.8.x e 10.7.x Windows 10, 8.1, 7 (32-bit, 64-bit), Windows Vista e Windows XP Geral Peso e Dimensões (L x P x A) com suporte 55” x 28” x 42” (1385 x 696 x 1060 mm) 168 lb (76 kg) Nível de Ruído Acústico Operação: Aproximadamente 50 dB(A) Em Repouso: Aproximadamente 32 dB(A) Temperatura: Operação: 50 ˚ to 95 ˚F (10 ˚ to 35 ˚C) Operação (Recomendado): 65 ˚ to 75 ˚F (18 ˚ to 24 ˚C) Armazenagem: -4 ˚ to 104 ˚F (-20 ˚ to 40 ˚C) Umidade Relativa: Operação: 20–80% (sem condensação) Operação (Recomendado): 45-60% (sem condensação) Armazenagem: 5-85% (sem condensação) Normas de Segurança UL (MET), FCC (Classe A), CSA, CE, EMC Requisitos de Eletricidade: Tensão: 110–240 V CA Frequência: 50-60 Hz Corrente: 2.8 A Consumo de Energia Impressão: Aproximadamente 34 W Pronto: Aproximadamente 13 W Em Repouso: Aproximadamente 1,3 W Desligar (em espera): 0.25 W Garantia e Serviço Limitados: Reparo padrão no local no dia útil seguinte por um ano e geralmente no dia útil seguinte, com suporte telefônico gratuito de Segunda a Sexta-Feira • Recursos Ecológicos ENERGY STAR qualificado Compatibilidade RoHS Produto Reciclável8 • Deve Conter na Caixa Impressora SureColor T5475	

Conjunto completo Inicial de cartuchos de tinta (CMYK - 110 mL) Poster Inicie Aqui Guia do Usuário Cabo de Força para Corrente Alternada • Informações Adicionais SureColor T5475 SCT5475SR Tanque de Manutenção T699700 Lâmina Cortadora de Impressora para Substituição S902007 Fuso Adicional para Alimentação de Rolo C12C933301 Kit de Almofada de Substituição sem Borda C13S40064 Frascos de Tinta (350 mL) Cartucho de Tinta Ciano T41P220 Cartucho de Tinta Magenta T41P320 Cartucho de Tinta Amarelo T41P420 Cartucho de Tinta Preto T41P520 • Frascos de Tinta (700 mL) Cartucho de Tinta Ciano T41N220 Cartucho de Tinta Magenta T41N320 Cartucho de Tinta Amarelo T41N420 Cartucho de Tinta Preto T41N520	

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, realizado no momento oportuno, tem como objetivo identificar e que atendam aos requisitos desta aquisição. Esse levantamento de mercado inclui uma ampla pesquisa em diversas fontes, como Banco de Preços e pesquisas junto aos potenciais fornecedores, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente.

A pesquisa de preços foi elaborada por meio da plataforma do Banco de

Preços, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente. Essa plataforma possui um extenso banco de dados que permite a elaboração de orçamentos estimativos de acordo com as normas aplicáveis.

7.DA ESTIMATICA DO VALOR

A média de preços foi obtida mediante a solicitação formal aos fornecedores, seguindo as diretrizes do Inciso IV do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei Nº 14.133 de 2021.

Após obtenção de orçamentos com empresas locais e de cidades vizinhas, foi viável compor os custos utilizando os bancos de preços do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) .

A seguir, apresentaremos a média dos valores obtidos junto aos três fornecedores especializados neste ramo contratual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
CNPJ: 45.226.214/0001-19
Responsável: Denise Carvalho de Mello
Matrícula: 754700
Telefone: (12) 3644-5231
Departamento: Departamento de Regularização Fundiária

Equipe de Atuação em Cotação:

Matrícula	Nome	Telefone	Departamento
754700	DENISE CARVALHO DE MELLO	(12) 3644-5231	DEPARTAMENTO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Relatório de Cotação

Pesquisa realizada entre 20/10/2025 14:18:21 e 20/10/2025 14:21:38
Relatório gerado no dia 20/10/2025 14:52:16 (IP: 45.234.40.2)
SC 02840/2025 (PC) - Impressora Plotter 36" para impressão de plantas até A0

Item	Nome	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	QT	Unidade	Total
1	Impressora Plotter 36" para impressão de plantas até A0,	R$ 29.066,78	-	R$ 29.066,78	1	Unidade	R$ 29.066,78
						Valor Global:	R$ 29.066,78

A presente aquisição por meio de compra direta tem por objetivo atender às necessidades da Secretaria de Habitação, por intermédio do Departamento de Regularização Fundiária, visando proporcionar aos documentos administrativos e institucionais suporte adequado e devidamente organizado.

As impressões (plotagens) serão utilizadas para assegurar a integridade e a padronização dos materiais, além de reforçar a identidade visual dos loteamentos em processo de regularização. A medida contribuirá, ainda, para aprimorar a produção de plantas, mapas e demais projetos técnicos vinculados às ações do Departamento.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A escolha pela aquisição direta da impressora plotter se justifica pelo melhor preço e pela necessidade de um equipamento específico, capaz de atender às demandas técnicas da Secretaria. A impressora será essencial para melhorar a produção de plantas, mapas e projetos, garantindo mais agilidade, qualidade e precisão nos trabalhos realizados, além de contribuir para o bom andamento das atividades.

11. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Trata-se de uma aquisição direta de uma impressora plotter, sem vínculo continuado entre as partes, não havendo necessidade de adoção de providências adicionais neste processo.

12. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATADAS

Para a demanda específica abordada no presente Estudo Técnico Preliminar, não é necessário realizar aquisições correlatas ou interdependentes para o objeto.

13. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Públicas, elaborado pela Consultoria-geral da União (AGU), não foram identificados possíveis impactos ambientais.

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente contratação onerará a dotação orçamentária nº. FICHA 1217 - 01.12.10 | 04.122.0004.2007 | 95 |882.0003 | 4.4.90.52.35.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas informações deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a aquisição direta de uma impressora plotter é tecnicamente e economicamente viável, atendendo às necessidades da Secretaria de Habitação - Departamento de Regularização Fundiária. O equipamento é essencial para a impressão de plantas, mapas e projetos, contribuindo para a eficiência e qualidade das atividades realizadas.

Pindamonhangaba, 20 de outubro de 2025**.**

GERMANO MIGUEL DE ASSIS
Diretor de Regularização Fundiária

FRANCISCO GONÇALVES CESAR COSTA
Secretário de Habitação

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA
SOLICITAÇÃO DE COMPRA

SC 02840/2025 (PC)

Solicitado em:	**16/10/2025**	Operador:	**Denise Carvalho de Mello - DCMELLO**
Aprovado em:	**31/10/2025**	Aprovador:	**Denise Carvalho de Mello - DCMELLO**
Unidade solicitante:	**GESTÃO GERAL - (1)**		
Centro de consumo:	**DEPARTAMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - (398)**		
Tipo de entrega:	**Única**	Prazo de entrega:	**20 Dias**

Justificativa

A presente aquisição tem por objetivo a compra de 01 (uma) Impressora Plotter de 36", destinada à impressão de plantas, mapas e projetos técnicos em formatos de até A0, visando atender às demandas operacionais da Secretaria de Habitação, por meio do Departamento de Regularização Fundiária.
O equipamento é essencial para a elaboração e reprodução de documentos técnicos de grande formato, utilizados nos processos de regularização fundiária, garantindo agilidade, precisão e qualidade gráfica nos trabalhos desenvolvidos, além de otimizar o fluxo de trabalho interno e reduzir custos com impressões terceirizadas.

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO *MATERIAL*	QUANTIDADE	UN	VALOR ESTIMADO	
				UNITÁRIO	TOTAL
0001	2.020.005.00007387 **IMPRESSORA** *ESPECIFICAÇÃO:* Impressora Plotter 36" para impressão de plantas até A0. Impressão Tecnologia de Impressão PrecisionCore MicroTFP de quatro canais, cabeçote de impressão com liberação de tinta sob demanda Tipo de tinta Tinta pigmentada UltraChrome XD2; 4 cores (C, M, Y, K) Cor para Configuração de Bico e cabeçotes monocromáticos; 800 bicos x 4 canais Tecnologia Droplet com o menor tamanho de gotículas: 4 picolitros; Tecnologia de Gotículas Variáveis capaz de produzir até três tamanhos diferentes por linha Máxima Resolução 2400 x 1200 dpi Velocidade de Impressão1 impressão de tamanho A1/D: 22 segundos. *LOCAL DE ENTREGA:* SECRETARIA DE HABITAÇÃO - RUA MONTEIRO DE GODOY 445 - BOSQUE	1,0000	UN		
			TOTAL:		

SOLICITANTE

DIRETOR

SECRETARIO